



ARTES MECÂNICAS, COR, EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA: UMA ASSOCIAÇÃO DE ARTÍFICES NO RECIFE OITOCENTISTA

Marcelo Mac Cord
mmcord@uol.com.br
(UFF)

Resumo

No Brasil, a Constituição de 1824 extinguiu as corporações de ofício. Apesar da determinação legal, muitos costumes corporativos sobreviveram no Recife oitocentista. Valores como trabalho bem feito, honra, treinamento, perícia e inteligência continuaram a ser cultivados pelos mestres de ofício daquela cidade. Para escapar dos estigmas da escravidão e do “defeito mecânico”, um grupo de artífices pretos e pardos criou uma associação mutualista que lhes proporcionaria o desejado aperfeiçoamento artístico e socorros financeiros. Além de suprir necessidades cotidianas, a nova entidade também visava o reconhecimento dos talentos e virtudes de seus membros. Adotando um discurso “modernizador”, esses artífices especializados conseguiram transformar sua associação mutualista em um importante agente político e pedagógico (por exemplo, os artesãos fundaram e dirigiram o Liceu de Artes e Ofícios do Recife), bem como controlar alguns setores do mercado da construção civil no Recife, garantir importantes conquistas pessoais e ascender socialmente.

Palavras-chave: Artes Mecânicas. Cidadania. Racialização. Trabalho. Educação

No Brasil, a Constituição de 1824 extinguiu as corporações de ofício. Apesar da determinação legal, muitos costumes corporativos sobreviveram no Recife oitocentista. Valores como trabalho bem feito, honra, treinamento, perícia e inteligência continuaram a ser cultivados pelos mestres de ofício daquela cidade. Para escapar dos estigmas da escravidão e do “defeito mecânico”, um grupo de artífices pretos e pardos criou uma associação mutualista que lhes proporcionaria o desejado aperfeiçoamento artístico e socorros financeiros. Além de suprir necessidades cotidianas, a nova entidade também visava o reconhecimento dos talentos e virtudes de seus membros. Adotando um discurso “modernizador”, esses artífices especializados conseguiram transformar sua associação mutualista em um importante agente político e pedagógico (por exemplo, os artesãos fundaram e dirigiram o Liceu de Artes e Ofícios do Recife), bem como controlar alguns setores do mercado da construção civil no Recife, garantir importantes conquistas pessoais e ascender socialmente.

A síntese que apresento ao leitor é uma história minuciosamente contada e analisada em minha tese de doutorado, intitulada *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de*





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

*artífices no Recife, 1836-1880*¹. De forma geral, acredito que uma das maiores virtudes de minha pesquisa tenha sido abordar problemáticas socioculturais ainda pouco ou mal exploradas pela historiografia social brasileira do trabalho e da educação – tomadas isoladamente ou nas raras abordagens multidisciplinares que foram produzidas. Entre elas, relativizar os limites que demarcariam, com precisão, as fronteiras entre os mundos do trabalho livre e escravo e, no bojo disto, a importância dos processos de escolarização para os artífices de cor, livres, que lutaram por mobilidade social ascendente no Império do Brasil. Por ora, antes de esmiuçarmos os resultados de minha tese de doutorado, creio que seja importante apresentar um importante problema conceitual que precisei enfrentar na pesquisa.

O problema da desvalorização do trabalho artesanal durante a vigência do escravismo

No aforismo II do Livro I do *Novo Organum*, o filósofo Francis Bacon rompia com a tradição platônica de que o trabalho manual estava dissociado do pensamento racional. Empirista, o pensador inglês entendia que o conhecimento caminhava através do consórcio entre experiência e reflexão². Apesar de este debate ganhar maior fôlego nas primeiras décadas dos Seiscentos, nesse período ainda era muito forte a perspectiva de que as atividades manuais eram “inferiores” e, por isso, apropriadas apenas para as classes baixas. Em Portugal, no início do século XVIII, por exemplo, o *Vocabulário Portuguez & Latino* do padre Raphael Bluteau foi bastante enfático ao consagrar a separação entre artes mecânicas e liberais. O verbete “mecânico” é categórico quando remete o consulente à “indignidade” dos “homens mecânicos”, considerados “baixos” e “humildes”. Por contraste, o dicionarista também afirmou que “as artes mecânicas, ou servis, são opostas às artes liberais”. Estas exercitariam “o engenho sem ocupar as mãos”, sendo “próprias de

¹ O trabalho foi defendido no ano de 2009, junto ao programa de pós-graduação em História da UNICAMP. Em mesmo ano, o trabalho conquistou o 5º lugar no Prêmio Arquivo Nacional. Em 2011, o 1º lugar no Concurso Várias Histórias do CECULT-IFCH-UNICAMP e o Prêmio CAPES 2010 na área de História. Em breve, o texto será lançado pela Editora da UNICAMP, sob o título *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*.

² “Nem a mão nua nem o intelecto, deixados a si mesmos, logram muito. Todos os feitos se cumprem com instrumentos e recursos auxiliares, de que dependem, em igual medida, tanto o intelecto quanto as mãos. Assim como os instrumentos mecânicos regulam e ampliam o movimento das mãos, os da mente aguçam o intelecto e o precavêm”. Francis Bacon, *Novo Organum*. São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 19.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

homens nobres e livres não só da escravidão alheia, mas também da escravidão de suas próprias paixões”. Entre outras formas de artes liberais, estavam a pintura, a música, a gramática e a arquitetura³.

No bojo no debate que marcou as mundividências do religioso e dicionarista Raphael Bluteau, o “defeito mecânico” foi um importante elemento sócio-cultural que ajudou a construir a “inferioridade social” dos artesãos nas sociedades europeias de Antigo Regime. Entendamos rápida e panoramicamente a genealogia da categoria “defeito mecânico”, para que tenhamos maior compreensão de seus significados no tempo do *Vocabulário Portuguez & Latino*. Na Grécia, ao hierarquizar e classificar as especializações profissionais, o filósofo Aristóteles distinguiu as artes mecânicas como “menores” porque eram definidas como mercenárias e pouco intelectualizadas. Nesta perspectiva, elas eram desvalorizadas socialmente porque objetivavam, principalmente, a especulação financeira e a desonestidade. Estes seriam, portanto, na Antiguidade, os elementos que constituiriam a “essência” do “defeito mecânico”. Na Idade Média, por sua vez, o “defeito mecânico” se associou ao “tabu da impureza” cristão, que desprezava as vivências do/no mundo do trabalho. Neste sentido, os trabalhadores artesanais e os demais profissionais que executavam esforços físicos ainda acumularam sobre suas costas, além da “pouca inteligência”, a pena do “pecado original”⁴.

Tecidas tais considerações, a escravização dos africanos e o uso intensivo de sua mão-de-obra na América Portuguesa tornaram ainda mais complexos os sentidos da vilania dos afazeres manuais (fossem eles mais ou menos especializados), especialmente em cidades da importância do Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Do ponto de vista da exegese católica, quando as *gentes* que desconheciam a fé cristã labutavam de maneira compulsória ou sobreviviam com o suor do próprio rosto, cumpriam uma pena que continha um profundo teor pedagógico. Na ótica de Roma, a escravidão seria uma das formas mais convenientes de os “negros” purgarem o pecado original. Neste sentido, como o trabalho físico estava associado à escravidão e a questões morais, as artes mecânicas ficaram ainda mais estigmatizadas, especialmente nas regiões em que

³ Raphael Bluteau, *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, pp. 109, 379-80.

⁴ Wilson de Oliveira Rios, “A Lei e o Estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira (Salvador e Vila Rica, 1690-1750)”. Tese de doutorado. Niterói, ICHF-UFF, 2000, pp. 15-9.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

abundava a mão-de-obra cativa. Para reforçar a ideologia senhorial de que havia uma relação direta entre punição e trabalho, o ócio era um dos principais valores culturais que distanciavam o homem livre do cativo⁵.

Ao descrever um evento cotidiano ocorrido em terras brasileiras, o viajante John Luccock ilustrou muito bem as complexas relações entre o trabalho escravo, a desvalorização do exercício das artes mecânicas e a importância do ócio como ingrediente de distinção social. De passagem pelo Rio de Janeiro em princípios do Oitocentos, o viajante inglês havia perdido as chaves de um dos aposentos de sua residência. Preocupado com o fato, ele procurou os serviços de um artífice especializado para resolver seu problema. O mestre carpinteiro contratado destacou um de seus oficiais para executar a tarefa solicitada, que por sinal era tecnicamente bastante simples. Em suas anotações, John Luccock registrou o espanto que experimentou ao perceber que o assistente do perito daquela “arte útil” apresentou-se vestido com toda pompa e circunstância. O estranhamento ganhou maiores proporções quando observou que um lacaios carregava as ferramentas do trabalhador, que se recusava a portá-las temendo ser confundido com um indivíduo qualquer. E chegou ao auge ao constatar que, não conseguindo abrir a porta, simplesmente quebrou sua fechadura⁶.

Redimensionando o problema a partir de um estudo de caso

Na primeira metade do Oitocentos, o trabalho mecânico ainda continuava a ser desvalorizado em termos gerais, mas é preciso lembrar que, nesse período, muitas transformações sociais e políticas haviam ocorrido. Além disso, não se pode esquecer que essa desvalorização nem sempre era compartilhada por toda a sociedade. Na cidade do Recife, por exemplo, existiam artífices especializados no ramo das edificações que eram livres, mas não eram brancos, e acreditavam no trabalho como fator de distinção social. Forjados nos costumes corporativos, eles compartilhavam valores como orgulho, dignidade, precisão e inteligência, que

⁵ Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo, Grijalbo, 1977; Emanuel Araújo, *Teatro dos vícios*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1993.

⁶ John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil*. São Paulo, Editora da USP; Belo Horizonte, Itatiaia, 1975, p. 73.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

moldavam suas vidas familiar, profissional, social e política⁷. Por mais que o filósofo Francis Bacon possa ter sido um nome estranho para esses mestres de ofício de pele escura, havia entre eles a convicção de que o trabalho mecânico deveria ser conduzido por um intelecto cada vez mais “aperfeiçoado” pelo conhecimento sistematizado teoricamente. Para além do “progresso” da prática de suas profissões artesanais, eles consideravam que este saber socialmente legitimado também poderia ser o passaporte para o reconhecimento de seus talentos e virtudes – ou seja, de conquista de sua cidadania.

Desde 1824, a Constituição havia determinado o fim das corporações de ofício no Brasil. Com ela, oficialmente, os mestres artesãos perderam o privilégio de monopolizar o ensino de suas artes e controlar seus respectivos mercados⁸. Dialogando com princípios liberais e experiências europeias, o governo central pretendia criar processos escolarizantes de instrução das artes mecânicas e assumir o lugar das velhas formas do ensino artesanal, fundamentadas no tirocínio das oficinas. A inserção do Recife nestes debates foi muito interessante. Ainda na primeira metade do Oitocentos, setores das elites letradas e proprietárias pernambucanas preconizaram a “proletarização” dos antigos mestres⁹. Contudo, o cercamento do tirocínio artesanal não foi acompanhado por uma contundente iniciativa oficial para substituir os tradicionais processos de aprendizagem das ditas “artes mecânicas”. Ou seja, a necessidade de combater o “atraso” corporativo e de implantar medidas em favor do “progresso” da mão-de-obra e dos ofícios permaneceram somente no campo das ideias. Neste vácuo, um grupo de mestres carpintas e pedreiros, todos pretos e pardos, mas livres, soube compreender as conjunturas e criar alternativas para reelaborar seu legado e adaptá-los aos “novos tempos”.

Matriculados na Irmandade de São José do Ribamar e contando com idade avançada, esses mestres carpintas usufruíam de todas as mercês das extintas corporações de ofício. Desde finais do século XVIII, a confraria havia sido embandeirada e congregava pedreiros, carpinteiros, marceneiros e taneiros. Segundo o Compromisso da Irmandade devotada ao Santo Patriarca,

⁷ Além de minha tese de doutorado, ver também Marcelo Mac Cord, “Nos canteiros de obras do Recife oitocentista: sobrevivências corporativas, experiências associativas e coesão de classe”, *ArtCultura*, vol. 11, 2009.

⁸ Mônica de S. N. Martins, *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real, 1808-1824*. Rio de Janeiro, Garamond, 2008, pp. 112 ss.

⁹ Izabel A. Marson, *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, pp. 279-80.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

somente os mestres destes quatro ofícios poderiam se revezar nos postos de comando da Mesa Regedora. O cargo mais importante era o de juiz. Além da prerrogativa de controlar a vida administrativa do grupo leigo, seu ocupante também expedia cartas de examinação – documentos que habilitavam os oficiais à mestrança e tinham a chancela da municipalidade. Ninguém poderia exercer aquelas quatro profissões sem passar pelas hierarquias da confraria devotada àquele orago. Por mais que a Constituição de 1824 tenha desmontado o aparato legal que privilegiava as corporações de ofício, todos os seus costumes e práticas culturais ainda estavam vivos nos corações e mentes daqueles mestres carpinas e pedreiros que se mantinham vinculados àquela irmandade. Eles valorizavam o trabalho com inteligência, a perícia, o respeito às hierarquias, a distinção social e usavam a irmandade como uma instituição agregadora dos praticantes daqueles ofícios¹⁰.

Procurando reconstruir os privilégios perdidos e afirmar seus talentos e virtudes, os mestres carpinas e pedreiros também releeram alguns valores caros às elites letradas e proprietárias e fundaram uma associação mais laica, em 1841: a Sociedade das Artes Mecânicas. Preocupados com o “progresso” e com a “civilização” do trabalhador nacional, os sócios fundadores, liderados pelo mestre carpina José Vicente Ferreira Barros, homem preto, estabeleceram dois objetivos centrais para o grupo. O primeiro deles foi o “aperfeiçoamento” mais amplo de seus associados. Para tanto, o grupo inicialmente implementou duas aulas noturnas, de caráter “teórico”. O outro objetivo foi incrementar as práticas de auxílio-mútuo, por meio da concessão de pecúlios e da captação de serviços¹¹. Como os governos central e

¹⁰ Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarcha o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15. Além de minha tese de doutorado, ver também Marcelo Mac Cord, “A Irmandade de São José do Ribamar e o fim das corporações de ofício: Recife, primeiras décadas do Oitocentos”, *Portuguese Studies Review*, vol. 18, 2011. Idem, “As redes de proteção dos mestres de obras recifenses durante a estada de Vauthier em Pernambuco” in Claudia Poncione e Virginia Pontual (orgs.). *Un Ingénieur do Progrés Louis-Léger Vauthier, entre la France et le Brésil*. Paris: Michel Houdiard Editeur, 2010.

¹¹ A partir de inícios do Oitocentos, observamos um fenômeno muito comum: a abertura de sociedades de auxílio-mútuo – ou de socorro mútuo ou mutuals. Entre outros objetivos, elas eram “formadas voluntariamente com o objetivo de promover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”. Marcel van der Linden (ed.), *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. Bern, Lang, 1996, pp. 13-4. Comparativamente, países europeus vivenciaram experiências semelhantes às do Recife. Algumas sociedades operárias de socorro mútuo francesas foram tributárias das antigas irmandades que foram corporações de ofício. André Gueslin, *L’invention de l’économie sociale: idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans la*





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pernambucano mantiveram certo desinteresse em criar escolas de artes e ofícios no Recife, os sócios acreditavam que sua iniciativa pioneira poderia angariar simpatias e proteção. Se no passado os mestres haviam dominado o ensino da “prática” artesanal, agora eles poderiam reinventar o monopólio de seus ofícios através de aulas “teóricas” – de cunho escolarizante. O discurso de morigeração, esforço intelectual e mérito realmente sensibilizou os políticos locais. Em 1844, uma ajuda financeira anual foi votada em favor da nova agremiação. Ela foi justificada pela falta de estabelecimentos escolares, por seu baixo custo aos cofres públicos e pelo bom exemplo que a Sociedade poderia suscitar¹².

Na década de 1850, o fim do tráfico de africanos escravizados e a Exposição Universal de Londres foram fundamentais para o fortalecimento da associação. Ela era uma das poucas referências locais para os legisladores pernambucanos pensarem em políticas de controle da mão-de-obra livre. Não por acaso, a lei provincial que previa a montagem de uma Escola Industrial acabou dialogando com a experiência dos sócios. Por mais que este estabelecimento tenha ficado somente no papel, o grupo de artistas mecânicos pertencente à Sociedade conseguiu conquistar a função de mantenedor do empreendimento. Ao comemorar seu décimo aniversário, a associação mudou de nome e reformou seu Estatuto. De Sociedade das Artes Mecânicas, ela foi rebatizada e passou a ser reconhecida como Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais. Neste momento, os artífices construíram ligações mais efetivas com membros das elites letradas e proprietárias, abriram suas matrículas para toda a “classe artística” e reafirmaram com mais ênfase o uso da

France du XIXe siècle, 2^e éd. rév. et aug. Paris, Economica, 1998, p. 146. Em Espanha, encontramos quadro similar, pois muitas sociedades de auxílio mútuo herdaram práticas das irmandades. Michel Ralle, “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha”, *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 20, 25 e 36. Na mesma época em que era fundada a associação pernambucana, outras também surgiam no país. Na Bahia, em 1832, foi instalada a Sociedade dos Artífices, que promovia auxílio-mútuo e aperfeiçoamento profissional para seus membros. Maria C. B. da C. e Silva, *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, 1998, p. 35. Destaco também a Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e suas Famílias. Instalada na Corte em 1835, seus objetivos se aproximaram da congênere baiana. Contudo, além de artistas mecânicos, ela também matriculava artistas liberais. *Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios e Beneficente dos Sócios e Suas Famílias sancionados em 9 de agosto de 1835*. Rio de Janeiro, Typographia Fluminense de Brito & Companhia, 1835, pp. 3-5. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Setor de Obras Raras.

¹² Além de minha tese de doutorado, ver também Marcelo Mac Cord, “Artífices de cor do Recife: dos privilégios corporativos à tentativa de controle da escolarização dos ofícios décadas de 1840 e 1850”, *CLIO. Série História do Nordeste (UFPE)*, vol. 28, 2011.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

inteligência nas artes mecânicas. Por todas estas razões, conseguimos encontrar muitos de seus mestres pardos e pretos trabalhando em diversas obras públicas e frequentando escolas primárias e secundárias do Recife.

O crescimento do prestígio da associação criou muitas tensões com a Irmandade de São José do Ribamar, que levaram a uma ruptura entre elas. Até meados da década de 1860, as duas agremiações estiveram sediadas na Igreja de propriedade da confraria. A insistência da associação pernambucana em ocupar mais espaços físicos e simbólicos no Templo devotado ao Santo Patriarca criou grandes atritos entre facções de irmãos e sócios – antes e depois do rompimento institucional, já que muitos confrades permaneceram sócios e vice-versa. Expulsa da Igreja de São José do Ribamar por causa destes conflitos, a então Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais passou por momentos institucionais bastante críticos¹³. Desalojado e com seus pertences guardados em depósito público, o grupo de artífices teve sua existência ameaçada pelas contingências. Contudo, as redes de clientela da associação permitiram que os artífices se reorganizassem em um novo endereço, mesmo que as aulas noturnas tivessem sofrido fortes abalos. Foi neste período que diversos políticos e empreiteiros passaram a integrar seus quadros, como sócios honorários e beneméritos, enquanto o mercado de edificações públicas recrudescia algumas práticas mais liberalizantes.

A presença das elites letradas e proprietárias no Livro de Matrículas da Sociedade aumentou ainda mais em princípios da década de 1870. Não é coincidência o fato de a Sociedade ter conquistado, nesse período, o privilégio de administrar o futuro Liceu de Artes e Ofícios e ostentar o título de “Imperial”. A entidade artística fundada por José Vicente Ferreira Barros entrava definitivamente para o *establishment* pernambucano, pois assumiu a missão de participar das políticas nacionais de “instrução popular”. Muitos artífices que ficaram alijados das benesses advindas do consórcio entre Sociedade e Liceu ficaram descontentes e romperam com o grupo. Contudo, um pequeno número de artistas mecânicos de pele escura conseguiu capitalizar muitas vantagens e escapar da crescente “proletarização” que se espalhava pelos canteiros de obras da

¹³ Além de minha tese de doutorado, ver também Marcelo Mac Cord, “Na Igreja de São José do Ribamar, os artífices nem sempre oravam. Recife, século XIX”, in Sylvana Maria Brandão de Aguiar, Luiz Carlos Luz Marques e Newton Darwin de Andrade Cabral (org.). *História das Religiões no Brasil*, vol. 5. Recife: Bagaço; Editora Universitária da UFPE, 2010.





cidade do Recife. Apesar da presença marcante da “boa sociedade” nas vivências da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, os artífices de pele escura continuaram a ser os protagonistas desse espaço institucional, profissional e de sociabilidades.

Itinerários da pesquisa

Conhecidos o tema e os problemas de minha tese de doutorado, podemos tratar agora dos debates com a historiografia social do trabalho que os resultados de minha pesquisa implicam. O primeiro deles foi relativizar certa tendência em se afirmar que o fim das corporações de ofício exigiu que os trabalhadores especializados *substituísem* as irmandades embandeiradas por associações laicas – uma clara perspectiva teleológica¹⁴. No Recife oitocentista, como enunciei, a entidade artística fundada por José Vicente Ferreira Barros, mestre carpina da cor preta, e a Irmandade de São José do Ribamar foram instâncias co-operativas até meados da década de 1860. Por mais que as corporações de ofício tenham sido extintas 40 anos antes, parece evidente que a confraria devotada ao Santo Patriarca ainda respondia algumas demandas de certas classes de artífices. Os profundos imbricamentos entre as duas agremiações oferecem, portanto, um caminho alternativo às leituras clássicas de que o liberalismo tenha necessariamente forçado os artífices especializados a *trocarem* suas “arcaicas” confrarias pelas “modernas” associações.

Outro debate provocado pela minha tese de doutorado remete à perigosa ideia de *transição*. Em estudo clássico, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, José Albertino Rodrigues procurou rastrear a “evolução da consciência” da classe trabalhadora nacional. Preocupado em construir uma história do movimento operário, o intelectual enquadrou as associações de trabalhadores livres criadas antes de 1888 no “período mutualista”, que seria a “primeira fase do

¹⁴ Cláudio H. M. Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, vol. 6, nº 10/11, 1999, p. 51. Mesmo que alguns autores não partam do princípio da “substituição”, ficamos com a impressão de que houve uma passagem “natural” das irmandades embandeiradas para as mutualistas. Por exemplo, Arthur Renda afirma que “a Constituição de 1824 vai proibir a existência das corporações de ofícios. A partir disto, os operários livres começam a formar associações de socorros mútuos”. Arthur J. V. Renda, “Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira”, in Cláudio H. M. Batalha et al (orgs.), *Culturas de classe: identidade e diversidade no operariado*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004, p. 170.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

movimento sindical brasileiro”. Conceitualmente, tal etapa corresponderia “a um período que ainda não é rigorosamente sindical, mas, pelo fato de organizar o trabalho livre, contém seus elementos embrionários e prepara sua gestação”¹⁵. Apesar de Rodrigues conferir importância às antigas associações de auxílio-mútuo, pensava, assim como seus contemporâneos, que a plena capacidade de luta dos subalternos estava vinculada ao amadurecimento do capitalismo e ao consequente acirramento da luta de classes – organizada em sindicatos e partidos políticos. Entretanto, atento às especificidades históricas que forjaram a história da associação pernambucana que estudei e as experiências particulares dos artesãos que a compuseram, as análises que desenvolvi só podem se vincular à corrente historiográfica que problematiza tal perspectiva: os trabalhadores organizados em grupos de socorros mútuos não podem ser encapsulados em alguma “pré-história” do proletariado brasileiro¹⁶.

As problemáticas desenvolvidas em minha tese de doutorado também vão de encontro às interpretações mais generalizantes que afirmam a impossibilidade de qualquer mobilidade social ascendente para os descendentes de escravos, como sugeriu, por exemplo, Florestan Fernandes¹⁷. Bem ao contrário, os peritos de pele escura da associação por mim estudada conseguiram conquistar prestigiosos espaços sociais desde os primeiros anos de funcionamento do grupo. As articulações dos mestres de ofícios com as elites letradas e proprietárias ainda permitiram que os sócios de cor continuassem acumulando prestígio nas últimas décadas do Oitocentos, apesar do fortalecimento das teorias racistas nos meios intelectuais recifenses¹⁸. Especialmente neste último período, os obstáculos ideológicos a serem vencidos pelos sócios efetivos foram enormes. Sílvia Lara, ao comentar a historiografia do trabalho, indica que aquela corrente científica influenciou muitas análises sociológicas feitas no século XX, que imputavam aos (ex-)cativos e seus

¹⁵ José A. Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 6.

¹⁶ Sílvia H. Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Projeto História*, nº. 16, 1998, pp. 25-38. Cláudio H. M. Batalha, “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”, in Marcos C. de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2003, pp. 145-58.

¹⁷ Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, 2 vol. São Paulo, Dominus/Editora da USP, 1965. Direta ou indiretamente, outros autores também relativizam as afirmações do sociólogo. Entre eles, consultar: Roberto Guedes, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Rio de Janeiro, Mauad, 2008; Zephyr L. Frank, *Dutra's world: wealth and family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 2004.

¹⁸ Além de minha tese de doutorado, ver também Marcelo Mac Cord, “Uma família de artífices ‘de cor’: os Ferreira Barros e a sua mobilidade social no Recife oitocentista”, *Luso-Brazilian Review*, vol. 47, nº 2, 2010.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

descendentes a pecha de “indolentes e apáticos [...] ou de anômicos e desajustados à modernidade do capitalismo, despreparados para o trabalho livre devido à experiência da escravidão”¹⁹.

É importante frisar que tomo os debates aqui arrolados de forma dialógica. Na medida em que critico as correntes historiográficas que defenderam a “transição do trabalho escravo para o trabalho livre”, entendo que os cativos e seus descendentes construíram importantes práticas étnico-profissionais no Oitocentos. Ao centrar meu estudo em um grupo de artífices especializados, de pele escura, livres e com alto grau de “coesão de classe”²⁰, pretendi contribuir com a historiografia que procura revelar a importância das experiências laborativas dos não-brancos na formação da(s) identidade(s) do(s) trabalhador(es) no Brasil Imperial. Especificamente sobre as mutualistas que foram criadas antes da Abolição, os estudos disponíveis discutem o fenômeno associativo em si, sem adensar análises sobre casos particulares mais pontuais – falta encontrar substanciais conjuntos documentais produzidos pelas próprias associações. Entretanto, eles são importantes ferramentas para uma compreensão mais ampla das práticas de socorro mútuo, pois fazem comparações entre estatutos, debatem a legislação de 1860 (conhecida como “Lei dos Entraves”, que regulamentou o “espírito de empresa”) e esmiúçam as conjunturas que permitiram sua “popularização”²¹.

No tocante ao trabalho com as fontes, é preciso fazer um importante destaque. Ao dividir as “fases” do movimento sindical brasileiro, José Albertino Rodrigues havia utilizado a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, entidade que estudei em minha tese de doutorado, como modelo para sua análise do “período mutualista”, vigente antes do advento ocorrido no dia 13 de maio de 1888. Ao analisar o Estatuto de 1882 dessa associação pernambucana, Rodrigues

¹⁹ Silvia H. Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, p. 38.

²⁰ Eric J. Hobsbawm, *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*, 3ª ed. rev. São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 39.

²¹ Entre outros, consultar: Ronaldo P. de Jesus, “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887)”, in Carla M. de Carvalho; Mônica R. de Oliveira (orgs.), *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, Minas Gerais, Editora da UFJF, 2006. Adhemar L. da S. Junior, “As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)”. Tese de doutorado. Porto Alegre, PUC-RS, 2004. David P. Lacerda, “Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860-1882)”. Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH-Unicamp, 2011.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

afirmou que o grupo fora formado no ano de 1836, mas que a efetiva instalação da instituição havia ocorrido em 21 de dezembro de 1841. Segundo o intelectual, como o escopo da mutualista recifense era instruir e socorrer seus membros, estaríamos “diante de uma típica organização gremial, de bases artesanais e de finalidades mutualistas”. Contudo, Rodrigues declarava que “não temos, infelizmente, outra notícia dessa instituição, senão a que nos é dada pelos Estatutos e nada garante que tenha funcionado”. Para ele, “o grande espaçamento entre as datas, desde a fundação até a aprovação dos estatutos, indica as dificuldades que certamente terá enfrentado a Sociedade no sentido de sua legalização”²².

Metaforicamente, apesar das indicações de José Albertino Rodrigues, levantei uma casa no terreno baldio formado pelo “grande espaçamento” entre os anos 1836 e 1882. Durante as pesquisas que realizei para meu primeiro livro, *O Rosário de D. Antonio*²³, havia travado o primeiro contato com as fontes produzidas pela associação pernambucana, guardadas pela Universidade Católica de Pernambuco. Ali podem ser encontrados livros de atas, contas-correntes, matrículas de sócios e de alunos. Por si só, esta documentação já indica que o grupo de artífices estava autorizado a funcionar legalmente desde seus primórdios. Ao perceber a ligação da mutualista com a Irmandade de São José do Ribamar, recorri a algumas notas que havia feito quando compulsei os mais diversos registros dessa confraria, guardados pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco, quando estudava a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Foi com base nesse *corpus* documental que projetei os marcos iniciais da pesquisa que gerou minha tese de doutorado, que visava analisar a montagem da entidade artística. Quanto ao marco final, optei por fixá-lo em 1880, data da inauguração do palacete do Liceu de Artes e Ofícios, que ficou sob a responsabilidade da mutualista recifense. Teve grande influência nessa escolha uma foto do festejo, que chegou a minhas mãos por meio de Cláudio Batalha: nela, homens de pele escura posavam às portas da nova escola, vestidos com extremo rigor.

²² José A. Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, p. 7.

²³ Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antonio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife, FAPESP/Editora da UFPE, 2005.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Foi com estes elementos que cimentei os alicerces de minhas pesquisas e interpretações. Para levantar os muros da tese de doutorado, concentrei minha atenção nos dois principais objetivos da associação pernambucana: auxílio-mútuo e instrução. Para além da análise das fontes produzidas pelos próprios sócios, recorri ainda a documentos produzidos pelas elites letradas e proprietárias de Pernambuco, pois muitos dos objetivos do grupo de artífices se aproximavam das propostas expressas por políticos e jornalistas do período. Assim, dentre outras fontes depositadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no Recife, consultei todos os códices referentes às Obras Públicas, Gerais e Militares. Nestas séries, encontrei os mestres carpinteiros e pedreiros que eram sócios em diversas empreitadas governamentais, o que permitia que empregassem seus consócios. Nos livros referentes à Instrução Pública, foi possível observar que alguns artífices também conseguiram aprofundar seus estudos em escolas provinciais. Assim, aos poucos, associando-me à historiografia que indica terem existido tênues limites entre os espaços público e privado no Oitocentos brasileiro, tive a certeza de que a associação contava com uma sólida economia do favor.

Feitos os alicerces e levantados os muros da tese de doutorado, era chegado o momento de fazer seu entelhamento. Nas fontes produzidas pela Câmara Municipal, Presidência da Província e Assembleia Legislativa, foi possível perceber como a mutualista recifense foi protegida pelos mais diversos níveis e poderes do Estado. Era interessante para os governantes pernambucanos incensar uma organização modelar, que poderia ser utilizada como exemplo de morigeração, disciplina e ordem para uma crescente mão-de-obra livre e pobre que se amontoava pelos cortiços e mocambos da capital da Província. Por sua vez, nas fontes produzidas pelo grupo de artífices, a “boa sociedade” aumentava os quadros de sócios honorários e benfeitores. Ao receber as elites letradas e proprietárias em sua sede, a entidade de artífices pretendia monopolizar o ensino das artes mecânicas e reinventar o controle do mercado de edificações através de seus diplomas. O Liceu de Artes e Ofícios seria o ponto alto deste projeto. Por fim, foi preciso tratar do acabamento da construção. Para melhor cercar o objeto que estudei, utilizei jornais, relatórios governamentais, folhetos oitocentistas e inventários. No Rio de Janeiro, complementei a pesquisa com fontes do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.





Considerações Finais

Tendo em vista o que foi discutido até aqui, artífices como José Vicente Ferreira Barros conseguiram driblar importantes limites sociais que foram impostos aos seus “irmãos de cor”. O mais interessante é que ele e outros artesãos especializados fizeram isto sem necessariamente negar os valores que ajudavam a restringir as oportunidades sociais e econômicas para os homens e mulheres egressos da escravidão. Os membros de pele escura da associação pernambucana queriam ver reconhecidos seus méritos, inteligência, iniciativa e disciplina. Tais valores nunca foram por eles questionados, ao contrário. Por isso mesmo, puderam acreditar no “Progresso” e na “Civilização” – essas não eram noções que foram simplesmente “impostas”, vindas “de cima”. Os valores que mobilizavam os mais destacados mestres de ofício daquela mutualista sediada na cidade do Recife constituíam um legado de experiências ético-profissionais densas e dinâmicas.

Para alcançarem conquistas sociais na segunda metade do Oitocentos, homens como José Vicente Ferreira Barros reelaboraram antigos costumes. Eles redefiniram a noção de “trabalho disciplinado” que a “boa sociedade” pensava impor. Não devemos pensar que eram seres “atípicos”. O que seria “típico”? Não há como engessar múltiplas experiências em modelos ideais²⁴. Os sócios de pele escura, que eram mais especializados em seus ofícios, sentiam-se diferentes e desiguais do restante das classes subalternas porque haviam conseguido realizar um projeto que visava alçá-los a um lugar social que achavam merecer. Nesse sentido, esse grupo de artífices criou seu próprio sentido de “progresso” e alcançou privilégios que foram construídos a

²⁴ Para aprofundar a questão sobre “tipicidade” e “legitimidade” identitária da classe trabalhadora, ver Claudio H. M. Batalha, “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?”, *Revista Brasileira de História*, vol. 12, nº 23/24, set. 1991/ago. 1992. E. P. Thompson desconstruiu alguns determinismos sobre a formação de identidades sociais dos trabalhadores. Relativizando o conceito de “classe” enquanto categoria modelar e autoexplicativa, o autor inglês ofereceu aos pesquisadores em História Social a possibilidade de entender a formação da classe operária como algo processual. Em sua ótica, devemos estar atentos às ações dos trabalhadores em suas próprias conjunturas históricas e sociais. Com estes cuidados, as conexões entre “passado”, “presente” e “futuro” seriam fruto de escolhas e combates políticos travados entre os sujeitos históricos. A formação da classe operária nada teria a ver com causalidades teleológicas, sendo entendida a partir de fluxos e refluxos do processo de construção de identidades coletivas. E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, vol. 1, 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

partir de suas próprias experiências e expectativas. Por mais que parecessem responder a meras exigências “modernizadoras” de seus patronos, foram eles que fizeram suas próprias histórias.

Por fim, vinculo minha pesquisa de doutorado aos esforços de renovação da história social brasileira, que, nos últimos vinte anos, segue abrindo caminhos alternativos para (re)construir a vida dos trabalhadores que viveram no país. Ao centrar minhas análises em um grupo pernambucano de artífices especializados, que existiu durante a vigência do escravismo e foi hegemonicamente composto por homens livres de cor, todos preocupados com sua escolarização e com a conquista de sua cidadania, tive a oportunidade de relativizar uma série de cânones sobre a organização da classe trabalhadora nacional. É impossível investigar a construção de identidades sociais destes sujeitos históricos sem considerar as racializadas tensões do Império do Brasil. *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*, portanto, além de discutir a formação da classe trabalhadora brasileira, também mantém profundos diálogos com os problemas enfrentados pelas historiografias da escravidão, da educação e da cultura.

